

Mudanças Sociais no Portugal de Hoje

Nos dias 13, 14 e 15 de Março de 1985 realizou-se, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, o Colóquio, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema «Mudanças Sociais no Portugal de Hoje». Esse Colóquio inseriu-se, de certa forma, na continuação de outros — como o realizado pela RCCS em Coimbra, em Dezembro de 1984 —, que deram conta das abordagens que as Ciências Sociais, em Portugal, fazem da evolução da sociedade portuguesa dos últimos anos, sobretudo após 1974. O título dos painéis reflectia a pluridisciplinaridade presente no Colóquio, abrangendo intervenções nas áreas da Sociologia, Economia, Ciência — ou Sociologia — Política, Demografia, História e, também, o Direito e a Psicologia. A interdisciplinaridade de algumas das comunicações é também um facto a realçar, aí se demonstrando a crescente preocupação nas Ciências Humanas em construir conhecimentos mais globais, afastados da especialização tradicional.

O Colóquio esteve organizado em 6 painéis, agrupando cada um 4 comunicações, seguindo-se um período de debate com o público. Os painéis apresentados foram os seguintes: novas condições da vida económica; transformações na composição social da população; vida política e forças sociais organizadas; novas condições da actividade estatal; população e família num Portugal em mudança; a escola e a juventude em evolução: imagens e realidades.

No primeiro, acerca das *Novas condições da vida económica*, entrevistaram C. Figueiredo, Ferro Rodrigues, F. Cordovil, Félix Ribeiro e Lino Fernandes, sobre a «Especialização internacional, regulação social e sistema financeiro — Portugal: 1973/1983»;

Armando de Castro e Ferreira de Sousa, sobre «As relações externas na dinâmica política e económica nacional nos anos 80»; Aida Valadas de Lima, «Emprego, rendimento e 'welfare' em Portugal, ao longo da última década»; e Isabel Lobo, «Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje». Um importante debate com o público ocorreu, sobretudo à volta dos temas da primeira e última comunicações. Note-se, também, a interdisciplinaridade da — talvez — totalidade dos trabalhos apresentados, situados entre a Economia, a Sociologia ou a Ciência Política. Analisaram-se, nas diversas comunicações, a especialização internacional da economia portuguesa, o desenvolvimento desigual das regiões nacionais e as suas diferentes formas de reprodução económica e social; a dinâmica política e económica de Portugal no mundo; a evolução dos rendimentos, consumos e poupanças dos portugueses; e foi feito o diagnóstico da economia subterrânea, de crescente importância em Portugal, e a sua desigual existência por regiões.

O segundo painel abordou as *Transformações na composição social da população*. Apresentaram comunicações: João Ferrão, «Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-1981)»; António Costa, «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros»; Maria João Rodrigues, «O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos»; Roque Amaro, «Reestruturações demográficas, económicas e socio-culturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados». Estas comunicações revestiram um particular interesse, por preencherem um espaço cuja análise se encontra desactualizada na sociedade portuguesa: a composição social, por grupos ou classes, e o seu processo de evolução nos últimos anos. A abordagem quantitativa, das primeira e terceira comunicações, combinou-se com

a qualitativa, da segunda e também da última. A ausência de uma teoria das classes fez-se, no entanto, talvez sentir. A ligação entre a sociologia e a economia esteve sempre presente: a ponto de Roque Amaro ter salientado a necessidade de «humanização da economia».

O terceiro painel abordou a *Vida política e forças sociais organizadas*. Intervieram: Joaquim Aguiar, «Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: a crise de legitimidade»; Agostinho Roseta, «Dos grêmios à Confederação Nacional do Patronato: hesitações e ambiguidades»; José Castanheira, «Os sindicatos e a vida política»; e Manuel de Lucena, «Estado, sociedade civil e o problema do neo-corporativismo em Portugal». Em abordagens que foram de questões teóricas mais gerais, como a última, a uma panorâmica global sobre o sistema político português, no caso da primeira, e à abordagem parcelar das organizações do patronato e dos trabalhadores, a Ciência Política foi o centro das comunicações apresentadas.

Quarto painel: *Novas condições da actividade estatal*. Intervieram: Boaventura Santos, «Estado e sociedade na semi-periferia do sistema mundial: o caso português»; Lawrence Graham, «A administração pública central e local: continuidade e mudança»; António Leal, «As políticas sociais no Portugal de hoje»; Pierre Guibentif, «As transformações políticas como revelador da materialidade do poder: discursos e aparelhos em questão». A teoria, neste caso, acompanhou a análise empírica do Estado português: mesmo em fase de contínua construção, a teoria do Estado — presente essencialmente na primeira e última comunicações — surgiu em apoio da análise, desde o período anterior ao Estado Novo (segunda comunicação) até à actualidade (presente em todas as apresentações), das condições de existência e perspectivas da actividade do Estado em Portugal, bem como da sua articulação com a sociedade civil (sobretudo na primeira comunicação, onde foi também desenvolvido o conceito de semi-periferia).

Quinto painel: *População e família num Portugal em mudança*. Apresentaram comunicações: Joaquim Nazareth, em substituição do previsto Fernando de Sousa, mas sobre o mesmo tema: «A demografia portuguesa no século XX: principais linhas de evolução e transformação»; Oscar S. Barata, «Demografia e evolução social em Portugal»; Joel Serrão,

«Emigração e mudança social no Portugal contemporâneo»; Eurico de Figueiredo, «A família e o conflito de gerações numa sociedade em mudança». Temas centrados na demografia existiram fundamentalmente nas primeira e segunda comunicações: a primeira abordando a evolução das principais variáveis demográficas; a segunda articulando emigração e natalidade: recente baixa desta poderá fazer com que Portugal não suporte o choque de um novo surto emigratório — foi aí afirmado. Joel Serrão abordou questões gerais sobre a emigração portuguesa, e o seu papel de «travão» às mudanças sociais e económicas em Portugal. A última comunicação foi aquela que mais se ligou à Psicologia.

Finalmente, discutiu-se *A escola e a juventude em evolução: imagens e realidades*. Maria Teresa Ambrósio, sobre «Aspirações sociais e objectivos educativos na década de 1972/1982»; Maria Alves Pinto e Júlia Formosinho, «A alienação na escola»; Maria Luísa Schmidt, «A evolução da imagem pública da juventude portuguesa: 1974-1984»; e M. Braga da Cruz, «A participação política da juventude em Portugal», foram os intervenientes. Os pontos desenvolvidos pelos autores foram: a formulação de políticas educativas, articulando aspirações sociais com o sistema escolar; a procura, por parte da população escolar, de uma imagem pessoal na escola e, em alternativa, as suas dificuldades de integração e a alienação; a evolução da imagem do jovem na sociedade portuguesa, tal como é veiculada pela publicidade; e a actividade da juventude portuguesa, no campo da sua participação política — aparentemente em diminuição, desde Abril de 1974, quando parece ser maior a sua integração cultural. Saliente-se que — sobretudo — as três últimas comunicações são — em conjunto com várias outras presentes no Colóquio — o reflexo de uma progressiva investigação empírica em Portugal, de índole sobretudo sociológica; os inquéritos por amostragem, ou a análise de mensagens publicitárias, foram, naqueles primeiros casos, as técnicas utilizadas.

A leitura cuidadosa das comunicações, publicadas na *Análise Social*, trará, por certo, a oportunidade de aprofundamento das importantes questões aqui debatidas. ■

João Peixoto

«Incontro su storia sociale e dimensione giuridica. Strumenti d'indagine e ipotesi di lavoro» (Firenze 26/27 de Abril de 1985).

Organizado pelo Professor Paolo Grossi, director do Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno da Universidade de Firenze, realizou-se o encontro referido em epigrafe, cujo objectivo era o de reflectir sobre as consequências, para a historiografia jurídica e institucional, da renovação dos estudos históricos pela primeira e segunda Escolas «dos Annales».

A organização do encontro previa três relatórios de base, a cargo de historiadores (Jacques Le Goff, da Ecole Pratique des Hautes Etudes en Sciences Sociales e Cinzio Violante, da Faculdade de Letras de Pisa) e de um jus-historiador (Mario Sbricoli, da Faculdade de Direito de Macerata), e uma sessão de discussão. Esteve presente a maior parte dos historiadores de direito italianos (B. Paradisi, Vismara, R. Ajello, A. Mazzacane, P. Costa, M. Brutti, A. Schiavone, P. Schiera, M. Bretonne, M. Bellomo, P. Padoa-Schioppa, etc.), alguns historiadores e cinco convidados estrangeiros (J. Kirshner, de Chicago, F. Tomas y Valiente, de Madrid, B. Clavero, de Jerez, J.-M. Scholz, de Frankfurt/Main, e A. Hespanha, de Lisboa).

Como conclusões do encontro, destacam-se os seguintes pontos:

- a) A irredutibilidade da dimensão jurídica como campo da história social e a necessidade da sua consideração pelos historiadores da sociedade, não apenas enquanto «ciência auxiliar» mas como domínio autónomo de investigação;
- b) A necessidade de promover uma profunda reflexão sobre o objecto e métodos da história do direito, de modo a que esta incorpore as novas perspectivas historiográficas abertas pela «nouvelle histoire» e pelas mais modernas correntes da teoria e sociologia políticas e jurídicas;
- c) A vantagem da inter-disciplinaridade (nomeadamente, entre jus-historiadores, historiadores, politólogos e antropólogos), sob condição de não se perder de vista a autonomia da dimensão jurídica;
- d) A indispensabilidade de uma crítica dos pressupostos epistemológicos e ideológicos dos jus-historiadores, decorrentes das características da sua prática teórica

(nomeadamente, da sua situação no seio das Faculdades de Direito e da tendência que daí decorre para uma concepção sacralizante, etnocêntrica e cronocêntrica do direito).

Os relatórios iniciais, bem como as contribuições dos vários participantes, serão publicados nas actas do encontro. ■

António Hespanha

Deixar ou não o Meio Rural: 177
Notícia e Comentário

O *European Centre for Social Welfare Training and Research*, sediado em Viena e ligado ao Programa de Desenvolvimento Social Europeu das Nações Unidas, costuma organizar seminários sobre segurança, administração e bem-estar social, problemas de envelhecimento, juventude e pobreza, trabalho comunitário e cooperação interprofissional. Em Maio de 1985 organizou em França, nos Altos Pirinéus, um «expert meeting» sobre «Os jovens nas áreas rurais remotas». Participaram investigadores e membros de ministérios de 17 países da Europa (ocidental e oriental) e ainda uma representação dos Estados Unidos e outra do Canadá, num total de 28 pessoas, presididas pelo Professor Bernard Kayser, de Toulouse.

O problema que à partida era posto fazia lembrar uma canção americana dos tempos da II Guerra, onde se dizia: «how do you keep them down in the farm after they've seen Paris?» A tentação era recorrer a promessas idílicas, começando a construir uma ficção sobre um novo tipo de vida no campo, de forma a instalar os jovens como guardiães do nosso passado. Havia que romper com ela e pudemos argumentar então que nunca reconquistámos o paraíso perdido nem nunca o reconquistaremos, pela simples razão de que ele nunca existiu. (Deixámo-lo porque ele não era um paraíso). Havia uma boa consciência disso e não foi difícil passar adiante.

Mas uma segunda ficção era mais central na reunião e foi espantosamente polémico tentar romper com ela; aí, no meio de perspectivas não sociológicas, a simples perspectiva sociológica fez uma vez mais uma figura dramaticamente radical. Essa ficção consistia em reunir «especialistas», isto é, pessoas cujas opiniões não se discutem, reunidos para falar de «juventude»,

cuja evidente realidade e fragilidade, desde logo biológicas, também não se discutiriam, e preparando uma cruzada que consistiria, como os intervenientes diziam constantemente, em «introduzir ideias» e «medidas inteligentes e responsáveis» (sempre benefícios sem discussão), «convencer os rurais de que eles têm capacidades», «capitalizar todo o saber», «pôr as populações em reflexão». Quase nenhuma das comunicações apresentadas ao seminário quis ser estruturada: apresentavam-se casos, gerais ou locais, e sugeriam-se medidas fragmentárias, como se houvesse por trás do grupo, ou sobre as cabeças, uma qualquer organização, nunca discutida; ou então como se o espaço no meio das mesas fosse uma grande planície horizontal e geométrica, onde bastasse poisar os dados e as soluções.

No entanto, foi-se tornando cada vez mais evidente a diversidade quase total dos casos, não só, como então se começou a dizer, segundo os países e as regiões dentro de cada país, mas sobretudo (e isso não queriam que se dissesse) segundo os vários grupos e posições que a sociologia conhece, e que tornavam esse espaço num relevo necessariamente parcial, relativo e político. O grupo de especialistas é apenas uma oportunidade (utilíssima para quem esteja aberto a ela) de partilhar as nossas experiências e perspectivas, mas essas experiências e perspectivas são sempre uma organização e uma violência que queremos fazer à realidade e às ideias, uma estruturação que lhes queremos impor. Ainda se o que estivesse em discussão fosse a ecologia ou a terceira idade, por muito dramáticas que fossem as situações, decerto haveria uma grande unanimidade; mas discutindo as possibilidades de fixação dos jovens estava a projectar-se o futuro. Tornava-se então mais chocante o facto de não se discutir quem era este grupo que ali se reunia e dizia ir intervir algures, também não se sabia em que lugar. Aceitava-se um jogo que não se conhecia; não se debatia a força que uns e outros tinham, nem a força que uns e outros queriam.

Era preciso, então, tornar claro que a nossa acção não é, infelizmente, uma cruzada, com as nações unidas entre si e dentro de si, nem nós somos os novos missionários de não sei que cruz: é antes, e como sempre, uma luta em que nos vamos envolver, combater, dominar e ser dominados. Respondia o presidente que

não se tratava de optar, mas simplesmente de permitir às populações que fizessem as suas próprias escolhas e de apoiá-las. Mas todas as intervenções relatadas mostravam que não se trata de maneira nenhuma de «permitir uma escolha», e sim de *criar* uma escolha, de introduzir uma dinâmica.

O exemplo da acção levada a cabo no local onde o seminário se realizava, e apresentado como exemplar, era exemplar, sim, mas da não existência de um vazio no meio rural, pois que toda uma dinâmica turística local, dinamizada pela câmara largamente eleita e apoiada (mas de que os especialistas facilmente se riam) criava muitos problemas aos projectos (não sei se menos naïfs) de uma agricultura nova com energias alternativas. Quer dizer que, mesmo nas zonas rurais remotas, não se trata de chegar e explicar e mandar fazer sob a nossa direcção, mesmo aí é preciso situar-se, e eventualmente sofrer uma dominação — ou então dominar. Devia tornar-se evidente que, tal como os especialistas não são um bloco, também os rurais não são um bloco (e certamente não são um rochedo...) — embora, claro, também todos eles tenham feito, num dia em que se juntaram ao grupo, discursos gerais e inúteis sobre as dinâmicas inteligentes e a necessidade de «dar confiança ao mundo rural».

Note-se, entretanto, que o facto de haver sempre, necessariamente, um conflito entre grupos, não significa que eles tenham de ser os mesmos grupos de sempre. Embora seja importante denunciar que as soluções alternativas não são gerais e inocentes, elas, embora com dono, existem. Pessoalmente, eu vi o fatalismo que levava ser contrariado por muitas experiências inesperadas e bem sucedidas, por vezes envolvendo factores que de costume pouco ou mal consideramos; fiquei pois marcado por uma concepção mais positiva e activa das novas possibilidades, neste caso das áreas rurais. Os *papers* apresentados, bem como as conclusões gerais do encontro, serão publicadas por Viena e o respectivo material está desde já à disposição no Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE. Creio entretanto valer a pena enunciar, do meu ponto de vista, os (vagos) pontos de *acordo* e as grandes questões em *discussão*.

Para além de um fundo comum de apego aos valores do meio rural (natureza? agricultura? pequena escala? afectividade?), que aliás nos podia transformar em neo-

-fisiocratas, havia a convicção de que o meio rural é indispensável ao equilíbrio económico e cultural das sociedades, mas que é necessário desenvolvê-lo — o que implica actividades e jovens. E muito embora só algumas das regiões tenham condições, naturais e sociais, externas e internas, para sobreviverem, nessas é possível o meio rural oferecer, também hoje, projectos que incluam, fixem e atraiam a população. Sendo que as melhores acções a empreender, estávamos também de acordo, são as acções conjuntas e cooperativas, com a descentralização e a participação *directas* dos rurais e dos jovens, e com a descentralizada adequada, por exemplo, dos serviços e curricula escolares.

Também havia aparentemente um acordo sobre o facto de ser necessário um desenvolvimento não aditivo mas *integrado*. No entanto, mais uma vez estávamos perante um termo demasiado inocente. Embora seja certo e importante que nós devemos ser os mais conscientes da necessidade absoluta dum desenvolvimento múltiplo de actividades complementares, pois que os projectos unívocos e pesados têm sido os mais nocivos, até que ponto essa integração será possível? Em muitos casos uma das dinâmicas (eventualmente a nossa) destrói, intencionalmente, as outras; e, independentemente de intenção, quase sempre as «várias dimensões» se separam, limitam e mesmo se excluem; assim como, muitas vezes, há mecanismos que trabalham em sentidos diversos (por exemplo: fundos regionais/ /fundos agrícolas ou política agrícola/mercado de trabalho).

E a discussão estendia-se a outras questões, que de uma forma mais alargada (especulativa) mas breve podiam ser enunciadas assim:

— até que ponto a reorganização das zonas rurais inclui a população? Pelo menos em casos como o português, o húngaro e o grego ainda hoje certas áreas estão a excluir população;

— essa população será jovem, que se interessa pelo seu desenvolvimento, ou os jovens ter-se-ão desinteressado? Será a população local, que se mantém, ou população exterior que lá se instala? Até que ponto os de lá estão desiludidos e os de fora estão significativamente interessados? Quem terá melhores condições de instalação? E, havendo neo-rurais interessados, até que ponto o meio rural (que

não é vazio) lhes deixará espaço? E, no caso de se poderem instalar, qual a sua contribuição para uma vida integrada?

— em que medida o meio rural, que é cada vez mais frequentado pelos nossos lares, pode interessar enquanto *trabalho*? Não será que todos os que puderam deixaram a agricultura? Mas não será que hoje voltam, quando a indústria está em crise ou quando os outros países recambiam a nossa emigração?

— em que medida, e em que limites, as zonas rurais mais isoladas podem criar riqueza social e económica? Ou estarão condenadas a receber os restos do valor criado nas cidades, que nos fins de semana lhes compram o turismo e o artesanato?

— numa sociedade de consumidores e assalariados, o meio rural não poderá oferecer melhores possibilidades de articular (informalmente) o trabalho assalariado com explorações agrícolas familiares, permitindo assim estratégias mais pessoais e mais seguras? Até que ponto isso apontará para o futuro, e até que ponto não será uma exigência de auto-exploração e sobre-exploração (um apelo à «capacidade de sofrimento») em que se pretende que os trabalhadores trabalhem sem contarem as horas?

— qual a viabilidade local de uma industrialização, que a uns permita (como me parece decisivo) o investimento local das suas poupanças e a outros permita combinar o pequeno trabalho rural, em que os rendimentos marginais rapidamente decrescem, com o trabalho assalariado em que isso não sucede?

— qual o papel das novas tecnologias? Quais as alternativas à costureira modernização produtivista e racionalizante? Poderá uma outra mecanização ajudar os jovens agricultores em vez de os expulsar? E em que medida não estará o mercado competitivo das novas tecnologias dominado pelas grandes corporações transnacionais?

— por que formas será possível articular a descentralização da indústria e da educação com os problemas femininos, de forma a contrariar a (crescente) discriminação que nesses dois campos atinge as mulheres? E não serão elas as mais interessadas em deixar o meio rural (Portugal, Itália, Hungria)? Porque começam nalguns sítios (França) a regressar?

—que modelo sonhamos para o mundo rural, a «comunidade» ou a «sociedade»? Os laços afectivos são importantes para quem? Não fugirão precisamente os jovens de um meio demasiado arcaico, pequeno, integrado e opressivo? Não será mais importante reconhecer os seus rápidos direitos à autonomia, em termos de emprego, habitação e relações sociais?

—tudo isto não nos fará defender mais as pequenas vilas rurais do que as pequenas aldeias ruralistas? Não será que, como escrevia Lévi-Strauss, «a oposição é, não entre vida urbana e vida rural, mas antes entre diferentes formas de vida urbana»? As tendências recentes não apontam justamente para uma concentração nas urbanizações pequenas e médias, contra a violência (em termos de relações e em termos de oportunidades) das pequenas aldeias e das grandes metrópoles? Que relações terão essas urbanizações com a vida rural e agrícola?

—já será evidente que é mais importante estar atento ao surgimento de novas formas específicas de cultura, expressão de novas formas de vida nas áreas consideradas, do que trabalhar para uma conservação artificial da cultura tradicional?

—para defender tudo isto, qual a natureza do diálogo com o Estado? Até que ponto se podem impor as particularidades e iniciativas locais? Não será o poder local predominantemente (ou exclusivamente) urbano, e por isso muitas vezes contrário aos interesses especificamente rurais? ■

Paulo Filipe Monteiro

Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos

Decorreu em Sesimbra de 1 a 3 de Março de 1985 o 6.º Encontro da APEAA, subordinado ao tema «Língua, Literatura, Ideologia». Para além da participação de docentes do ensino superior e secundário, este encontro contou ainda com a presença de David Lodge, da Universidade de Birmingham, Terry Eagleton, da Universidade de Oxford, e Paul Levine, da Universidade de Copenhaga.

Apesar da diversidade de assuntos abordados pelos conferencistas — justificada, aliás, pela amplitude do tema proposto para o encontro — evidenciou-se uma preferência pelo tratamento de questões

relacionadas com a ficção narrativa. Assim, David Lodge abordou o romance de D. H. Lawrence *Women in Love* à luz da teoria dialógica do romance de Bakhtine («Lawrence, Bakhtine and the polyphonic novel»); esta teoria informou também a leitura que Margarida Losa propôs para *Sartor Resartus* de Carlyle («Sartor Resartus»); Paul Levine falou da visão apocalíptica nos romances americanos do pós-guerra à década de 80 («Politics and imagination in modern American Literature»); Luísa Flora centrou-se na problemática da tradição e da diferença no romance inglês da década de 60 («Mudam-se os tempos, muda-se o romance»); finalmente, João de Sousa Nunes falou da modernização da prosa no período augustiniano, tomando como texto exemplificativo a sátira de Swift *The Tale of a Tub* e dissecando os processos de veiculação ideológica utilizados na obra.

Harold Bloom esteve presente com a sua teoria de influência poética nas conferências proferidas por Susan Brown («Bloomian Intertextuality: an instance of the post-Emersonian tradition») e Teresa Cid e Teresa Alves («Emerson e a ideologia americana»).

As comunicações de Terry Eagleton e Martin Kayman destacaram-se das restantes, incidindo sobre pontos centrais ao tema do encontro, embora com ênfases e perspectivas diferentes: Terry Eagleton reflectiu sobre a função e o lugar da literatura e do seu ensino na sociedade capitalista contemporânea («The crisis in English Studies»); a comunicação de Martin Kayman («History was once life lived in earnest: Fred Inglis and the teaching of English») debateu mais especificamente problemas do ensino e da educação, uma área que deveria ter sido espaço obrigatório de diálogo e reflexão neste 6.º encontro da APEAA.

A questão da articulação entre o ensino secundário e o superior foi levantada no final dos trabalhos da sessão de sábado e, como acontecera já em encontros anteriores, tornou-se evidente a necessidade de se reflectir «a sério» sobre esta questão, bem como sobre outras relacionadas com o ensino da língua, cultura e literatura anglófonas.

Assim, o 7.º Encontro que se realizou em Ofir de 7 a 9 de Março de 1986, subordinou-se ao tema «Os Estudos Anglo-Americanos e o Ensino do Inglês em Portugal».

Os trabalhos iniciaram-se com a conferência de Carl James, da Universidade de Bangor, sobre os processos conscientes e inconscientes de aquisição e aprendizagem de uma língua estrangeira («Linguistic Awareness»). A sua segunda conferência incidiu sobre as funções da tradução no ensino do inglês («The roles of translation in FL teaching»)

A preocupação com os vários aspectos do ensino do inglês em Portugal dominou grande parte das sessões deste encontro. Assim, Júlia Ferreira falou da evolução metodológica do ensino da gramática e reflectiu também sobre a preparação dos professores («O ensino da gramática hoje»). Um grupo de leitores das várias universidades portuguesas discutiu questões relevantes para o ensino do inglês a nível superior, nomeadamente os programas, a coordenação entre departamentos e professores e os modelos de língua utilizados. Nesta mesa redonda também se debateu o estatuto e funções do leitor de língua inglesa.

A nível do ensino secundário, Emília Galvão da Direcção-Geral do Ensino Secundário, falou dos programas e do desenvolvimento curricular da disciplina de inglês («Os estudos anglo-americanos e o ensino do inglês em Portugal a nível do ensino secundário»); Isabel Mota e Hermínia Brandão relataram uma experiência por elas levada a cabo com alunos do 10.º Ano («A(s) qualidade(s) e a(s) quantidade(s) do ensino do inglês em Portugal: achegas polémicas para um debate»).

As questões relacionadas com o ensino da literatura e cultura também constituíram um dos centros de interesse deste encontro. Martin Kayman reflectiu sobre a pedagogia do ensino da literatura («The teaching of English and English teaching») e Margarida Losa abordou questões relacionadas com as cadeiras de Cultura Inglesa e Introdução aos Estudos Literários, especialmente no que se refere ao seu carácter propedêutico e integrando-as no contexto mais lato dos objectivos do ensino universitário. Neste ponto gerou-se uma discussão em roda dos modelos teóricos subjacentes aos dois níveis de ensino e seus objectivos. Aliás, um dos aspectos positivos deste encontro foi precisamente esta primeira tentativa de confronto dos problemas existentes e a discussão de formas de articulação do ensino do inglês no secundário e superior.

Mais uma vez, contudo, se fez sentir a

falta de tempo para o debate essencial à problematização das questões levantadas; urge, portanto, repensar a estrutura e organização destes encontros. ■

Maria Teresa Tavares

V Conferência Anual da Conferência Europeia para Estudos Críticos do Direito (Londres, 3-5 de Abril de 1986)

181

A conferência anual de 1986 da C.E.E.C.D. teve lugar no «Instituto da Educação» da Universidade de Londres, no seu departamento designado «Centro de investigação e educação sobre género». Foi organizada pelo grupo de mulheres da «Conferência de estudos legais críticos do Reino Unido», entidade próxima mas não dependente da «Conferência Europeia».

O tema, aprovado na Conferência de 1985, que teve lugar em Coimbra, consistia em «Perspectivas femininas do Direito». Durante três dias, mulheres e homens de formação muito diversa discutiram os mais variados assuntos em «workshops» simultâneos que variaram entre cinco e nove por manhã ou tarde e três sessões plenárias. As comunicações apresentadas e discutidas ora se baseavam em investigação empírica («Investigação feminina no tribunal de comarca», Maureen Cain, «Uma questão de fiança: respostas de magistrados a pedidos de homens e mulheres arguidos», Many Eaton) ora consistiam fundamentalmente em reflexões teóricas sobre temas ligados a (ou inspirados em) o tema central («Direito, poder e resistência», Peter Fitzpatrick). Muitos nomes consagrados da investigação nesta área estiveram presentes (Carol Suart e Frances Heidensohn, Reino Unido, Tove Stary Dahl, Noruega, e Frances Olsen, E.U.A.).

Foram discutidos não só temas já «tradicionais» dentro dos estudos sobre mulheres e Direito, como discriminação laboral, reforma do direito da família e violência sobre as mulheres em geral, mas também novos objectos de estudo que pouco a pouco vão surgindo como o contraponto óbvio e necessário do estudo do *feminino*. Refiro-me à análise do *masculino*, ou seja, à consciência e prática de que conhecer e compreender a identidade social do *género* não se reconduz a estudar (ape-

nas) o que é construído ou tido como próprio das mulheres, mas também o que caracteriza socialmente os homens (Les Monan: «Sexualidade masculina, masculinidade e o Direito»).

Aspecto interessante desta reunião, como aliás já acontecera em Coimbra, foi a presença de (e debate entre) práticos do Direito, o que permitiu ir além do horizonte estritamente universitário. Isto foi aliás acentuado pelo facto de se contarem, na formação e discussão dos e das participantes, perspectivas teóricas e experiências práticas muito diversas. Estratégias feministas na advocacia, problemas ligados ao ensino do Direito e feminismo, questões metodológicas de investigação foram algumas das discussões que pairaram nas salas do Instituto.

Acontecimentos políticos recentes foram também objecto de reflexão, como a irónica substituição, por parte do então novo governo francês de direita, do «Ministério dos Direitos da Mulher» por «Ministério dos Direitos do Homem». Um *trocadilho* cheio de virtualidades poéticas...

Curiosa e interessantemente, estas aparentes riquezas e variedade das discussões e temas foram contestadas na reunião plenária final de avaliação por parte de algumas participantes, que entenderam que o que fora discutido era, afinal, apenas os problemas das mulheres europeias da classe média. Tinham-se esquecido, afinal, os graves e quantas vezes dramáticas condições de vida que afligem a maioria da população feminina mundial. Nem o epíteto de «europeia» valerà, naturalmente, de defesa contra a acusação de etno- (e não só) -centrismo.

Continuando a «tradição» inaugurada no ano anterior em Coimbra, o programa «social» foi rico e interessante, com leituras de poesia e espectáculos de *cabaret* especialmente preparados. Uma brochura com resumos das comunicações foi distribuída, dela constando uma pequena introdução sobre a Conferência Europeia e os seus objectivos.

Foi decidido que a próxima conferência anual terá lugar em Paris, de 9 a 11 de Abril de 1987, subordinada ao tema: «Ordre légal et ordre privé».

Teresa Pizarro Beleza

III Congresso de Medicina Popular (Vilar de Perdizes, 4-7 de Setembro de 1986)

Pouco habituados a debater a realidade social fora do seu próprio espaço, não é sem alguma perplexidade que os cientistas sociais se vêem a participar num encontro que congrega à volta de um mesmo tema gente com preocupações tão diferentes, realizado num meio estranho e onde o discurso científico não é hegemónico. E, no entanto, esta confluência de discursos díspares sobre a medicina popular (os discursos das diferentes ciências sociais, o discurso técnico das profissões da saúde, o discurso prático dos agentes da medicina popular, o discurso empenhado dos divulgadores das medicinas alternativas, o discurso crítico religioso, o discurso utópico da consciência ecológica, etc.) se, por um lado, possibilita um alargamento riquíssimo do campo de observação, ela permite sobretudo levantar algumas questões importantes.

Desde logo, a origem e eficácia do conhecimento popular permite questionar o próprio conhecimento científico. É importante reconhecer que o saber médico-popular, para lá do carácter prático e local da sua produção, da simplicidade e imediatismo das suas fórmulas e do carácter mágico-religioso das referências que utiliza — tudo aspectos que dão dele a marca de um conhecimento vulgar e até mistificador —, possui algumas virtudes quando comparado com os padrões da ciência moderna, nomeadamente ao ser capaz de harmonizar o universo cognitivo com a prática quotidiana dos indivíduos e ao ter como referência o homem na sua totalidade, quantitativa e qualitativa, ser individual e ser comunitário, sujeito e objecto de conhecimento. Contém, assim, tal como outras formas de conhecimento prático, uma «dimensão utópica» (como refere B. Sousa Santos a propósito de todo o conhecimento prático) no sentido em que, numa fase de transição da ciência, pode apontar para um modelo de racionalidade mais plural e fundamentador de uma nova relação do homem com o mundo.

Um segundo motivo de reflexão proporcionado por este encontro consistiu na questão do âmbito da medicina popular. Reconhece-se a existência de uma pluralidade de formas de saber médico popular e também que essa diversidade se fica a

dever, em parte, à sua penetração ao longo dos tempos por elementos de um saber de elite. O que importa agora é distinguir estas de outras formas de conhecimento médico igualmente não oficial que aos poucos têm vindo a ganhar espaço nestes encontros e que, diferentemente das medicinas populares não podem em rigor ser consideradas manifestações de cultura popular. Nuns casos trata-se de formas de conhecimento que reivindicam a sua cientificidade fundamentalmente na base dos mesmos critérios de validação do conhecimento que utiliza a ciência moderna (homeopatia, acupuntura, etc.), noutros casos trata-se de meras competências práticas que pretendem legitimar-se pela sua eficácia comparativamente às terapias da medicina oficial. Sublinhe-se, de passagem, a importância de manter um espaço totalmente aberto para que possam sujeitar-se a debate estas formas de conhecimento médico. É quase inevitável que, vivendo numa situação de semiclandestinidade, os seus cultores tendam a aproveitar a oportunidade de se manifestarem livremente para propagandear as virtudes da sua «ciência», com prejuízo da ideia principal que preside aos encontros de avaliar a contribuição da medicina popular para a melhoria dos conhecimentos sobre a doença e a cura. Apesar disso apoiamos o entendimento amplo, que tem havido, no sentido de incluir no debate todas as manifestações das culturas médicas não dominantes, até pela razão de que em muitos casos o aparente refinamento do discurso mal encobre a raiz antiga e popular do novo saber.

Uma terceira questão que se levantou a propósito deste e dos congressos anteriores foi a da dificuldade em distinguir, na ausência de critérios seguros e universais de validação dos saberes, entre conhecimento autêntico e conhecimento mistificador. Como distinguir, por exemplo, entre a ignorância do charlatão e a sabedoria discreta de um ervanário? O problema se posto em termos éticos não diz respeito ao cientista social, enquanto tal. Mas se se tiver em conta que a legitimação social das competências se faz fundamentalmente a partir de um critério de eficácia, então talvez se possa esperar dele que explique a eficácia real do

conhecimento mistificador naqueles casos em que a ignorância a nível da competência médica é mais que compensada por um conhecimento espontâneo de tipo psicológico acerca dos comportamentos mórbidos.

Estas e outras questões levaram à constituição, pela primeira vez, de uma secção do congresso encarregada especificamente de debater os aspectos antropológicos e sociológicos das práticas de medicina popular. Dentre os temas abordados referiremos nomeadamente: «a pluralidade das medicinas populares e a sua relação com outras formas de conhecimento médico», «os contextos sociais e culturais da produção do saber médico popular», «as representações sobre o corpo, a doença e os agentes da cura» e «os especialistas médicos populares e os recursos materiais e simbólicos das suas práticas».

Duas outras secções funcionaram ainda este ano: uma sobre «Medicina Popular e Cuidados de Saúde Primários» — que concluiu pela necessidade de evoluir para uma nova atitude dos profissionais da saúde de grande abertura perante os valores e cultura da comunidade e nomeadamente perante as formas de conhecimento médico popular —, e a outra sobre «Plantas Medicinais» cujas conclusões apontam para a urgência de preservar o que ainda resta do património genético e cultural que as plantas medicinais e a flora, em geral, representam.

Temos a consciência de que a importância e a actualidade das questões da saúde em Portugal justificariam uma maior intervenção dos cientistas sociais nesta área. Pela nossa parte, a RCCS continuará a apoiar a realização dos Congressos de Medicina Popular (em Vilar de Perdizes ou em outros locais onde exista a mesma estrutura aberta e o mesmo dinamismo) e anuncia desde já a preparação de um número especial sobre «Medicina e Saúde em Portugal», a sair em meados do próximo ano, cobrindo os temas «O Estado português e as políticas de saúde», «As profissões da saúde», «Os saberes e as representações» e «Os novos mitos sobre a saúde». ■

Pedro Hespanha